RELATÓRIO DE CONTAS 2017

ABECL

Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua

"A idade não depende dos anos, mas sim do temperamento e da saúde;

umas pessoas já nascem velhas, outras jamais envelhecem"

Em cumprimento da legislação em vigor, a ABECL – Associação de Bem Estar em Cruz da Légua elaborou o Relatório de Gestão e Atividades, no qual procurou produzir elementos e informação suficiente para que a Assembleia Geral, possa avaliar com clareza e objetividade a atividade desenvolvida no ano de 2017. O presente relatório, embora, sucinto, procura ser clarificador quanto às receitas e despesas, bem como relativamente á situação financeira da ABECL.

1. Identificação da Entidade

A associação é denominada **Associação Bem Estar da Cruz da Légua** e tem a sua sede no lugar de Cruz da Légua, freguesia de Pedreiras, concelho de Porto de Mós.

A Associação Bem-Estar em Cruz da Légua foi constituída por escritura pública celebrada no cartório Notarial de Porto de Mós em 12 de Fevereiro de 1982, surge como resposta à grande problemática da população da Cruz da Légua e dos lugares vizinhos das freguesias das Pedreiras e do Juncal, carecidas de instituições que satisfaçam as necessidades culturais e sociais, nomeadamente a proteção e apoio às pessoas idosas.

A *Associação Bem-Estar em Cruz da Légua* é uma Instituição Particular de Solidariedade Social devidamente registada na Direção Geral da Ação Social, que tem por objetivo o apoio às famílias, proteção à terceira idade, na promoção e desenvolvimento do nível de vida e bem-estar social, nomeadamente através de:

1) Criação de esquemas de apoio à terceira idade (Lar de Idosos, Centro de Dia e Apoio Domiciliário);

2) Realização de conferências e palestras culturais, organização de cursos de formação, realização de sessões de esclarecimento com vista à melhoria do nível cultural da população;

3) Promoção de atividades complementares: culturais, recreativas e educativas, e outras iniciativas úteis ao desenvolvimento harmonioso da personalidade humana.

Visão

Dar resposta a imperativos da comunidade local, promovendo a prestação de serviços que respondam às necessidades e expectativas seniores pautados pela melhoria da qualidade de vida e pela inovação dos serviços cada vez mais personalizados.

Missão

A Associação Bem-Estar em Cruz da Légua foi constituída por escritura pública celebrada no cartório Notarial de Porto de Mós em 12 de Fevereiro de 1982, surge como resposta à grande problemática da população da Cruz da Légua e dos lugares vizinhos das freguesias das Pedreiras e do Juncal, carecidas de instituições que satisfaçam as necessidades culturais e sociais, nomeadamente a proteção e apoio às pessoas idosas.

A Missão desta Associação consiste em garantir serviços de carácter temporário ou permanente, adequados à satisfação das necessidades dos seus residentes e funcionar como estrutura de alojamento coletivo que proporcione, para além dos cuidados básicos de saúde, higiene e conforto do residente, todas as condições facilitadoras de integração e do seu bem-estar global.

Valores

- Solidariedade
- Justiça
- Inovação
- Responsabilidade Social
- Humanismo
- Qualidade
- Honestidade
- Prioridade aos mais vulneráveis
- Confiança
- Comprometimento com a Comunidade

2. Análise do Exercício

2.1. Atividades de âmbito geral

O ano de 2017, foi um ano de contenção orçamental que caracterizou todo o seu funcionamento, todavia, a exemplo de anos anteriores e no sentido de fomentar e promover o contacto social e o bem-estar dos seus utentes, a ABECL continuou a melhorar os seus serviços.

A nível de atividades realizadas, consideramos que este foi um ano positivo no qual atingimos os objetivos programados, através da realização de ações que proporcionaram novas dinâmicas sócio culturais aos nossos utentes (clientes).

As atividades que se realizaram faziam parte de um plano de atividades programadas e que consistiram essencialmente na realização de ações que proporcionaram novas dinâmicas sócio-culturais aos utentes, complementadas com outras atividades, como a realização de trabalhos manuais, celebração de dias temáticos, jogos de mesa e de memória, desenho e pintura, trabalhos artesanais, decorações das salas para épocas festivas, teatros, ginástica, conselhos sobre higiene pessoal e cuidados de imagem, alimentação, controlo de Diabetes e Glicemia, conselhos de prevenção e informações relativas á segurança dos idosos.

2.2. Respostas Sociais

A ABECL respondeu às solicitações da população da Cruz da Légua e das zonas envolventes, tendo esta resposta social (Lar) estando lotada durante o ano de 2017. O facto de conseguir ter as suas vagas ocupadas, reflete o esforço, dedicação e a qualidade do trabalho efetuado pelas auxiliares de ação direta que se encontram afetas a este serviço.

Ao longo do ano de 2017 e no que respeita ao recrutamento de pessoal, a ABECL procedeu á contratação de mais sete colaboradores, detendo 52 funcionárias.

A formação continua a ser uma das áreas grandemente valorizada pela ABCEL, todos anos, as formações fazem parte do plano da instituição não só numa contínua melhoria da qualificação dos seus funcionários mas também numa procura de eficiência e competência na prática da atividade prestada.

2.3. Análise económica e financeira

A ABECL a nível financeiro recebe alguns apoios, os quais importa citar: comparticipações provenientes da celebração dos Acordos de Cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social de Leiria, que abrangeram as respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Lar, donativos de algumas empresas e de particulares.

Verificou-se um reduzido aumento no valor das amortizações e nas reintegrações dos ativos fixos tangíveis, uma vez que durante o exercício de 2017 foram efectuadas algumas obras de melhorias das instalações.

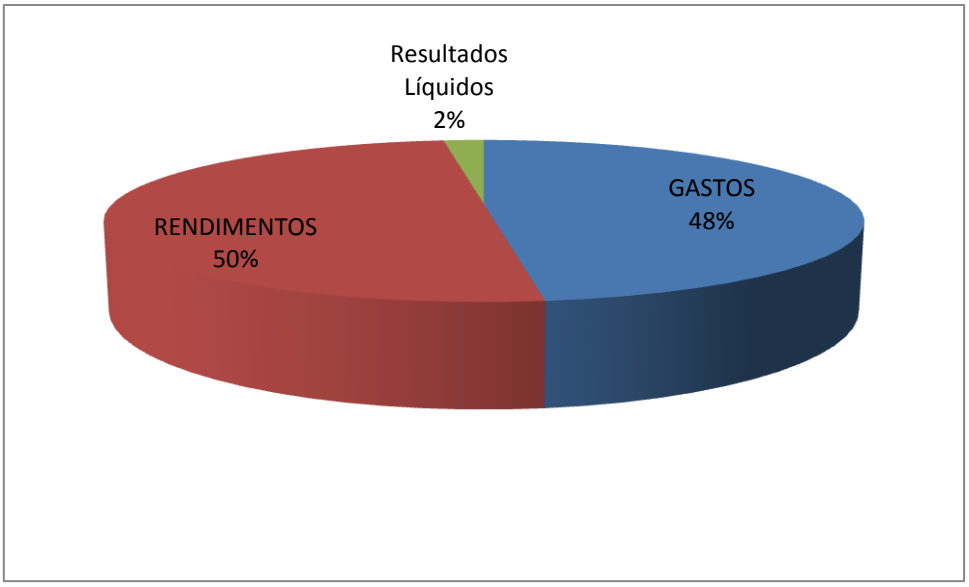
Á semelhança do ano anterior, em 2017, a ABECL contabilizou os diversos géneros alimentares que foram oferecidos á ABECL pelo Banco Alimentar.

No exercício de 2017 as receitas de vendas e prestações de serviços, ascenderam a 627.236,32 € acima do valor verificado em 2016, (597.155,50 €) considerando-se um ano comparável ao exercício anterior, embora com um acréscimo considerável. As comparticipações do Centro Distrital da Segurança Social de Leiria ascenderam a 507.248,82 €. Constituíram ainda receita de

outras entidades a importância de 20.033,76 €, em 2015 de (13.417,35 €), conforme se pode confirmar nas peças contabilísticas que se anexam.

2.4. Proposta da aplicação de resultados

GASTOS		RENDIMENTOS	
61	143.071,69	**71**	631,33
62	240.493,21	**72**	626.604,99
63	712.875,63	**73**	0,00
64	49.148,58	**74**	0,00
65	0,00	**75**	527.019,99
66	0,00	**76**	4.863,50
67	0,00	**77**	0,00
68	10.602,14	**78**	44.891,57
69	57,36	**79**	2.739,62
	1.156.248,61		**1.206.751,00**
Resultados Líquidos			**50.502,39**



A instituição apresentou resultados positivos no montante de 50.502,39 euros pelo qual se propõe á Assembleia Geral que sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

2.5. Perspetivas para 2018 (Evolução Previsível)

O principal objetivo da Associação de Bem Estar em Cruz da Légua é a proteção à terceira idade, proporcionando aos utentes da instituição formas de ocupação e passatempos adequados. A associação está a intervir ao nível de reestruturação e requalificação dos espaços de receção e entrada de visitas e público em geral.

Com a nova construção e ampliação, surgiram novos espaços de lazer onde se estão a desenvolver atividades físicas e recreativas, ateliers de música, poesia, leitura e pintura, ocupações essas que irão minimizar situações de isolamento, irão contribuir para a criação de novas formas de convívio e confraternização, que estão a proporcionar um envelhecimento com maior dignidade e oportunidades, tornando assim esta etapa da vida uma boa experiência de cuidados e de bem-estar físico, psíquico e social.

No que concerne, aos restantes serviços prestados pela ABECL, tendo em conta a situação presente, será de esperar que os mesmos se encontrem lotados.

Agradecimentos:

A todos os colaboradores da Instituição, pelo seu profissionalismo e Dedicação queremos manifestar o nosso maior agradecimento.

Aos órgãos sociais da instituição queremos agradecer as disponibilidades que nos dispensaram, tendo sido importante a sua contribuição.

Ao Contabilista Certificado e às diversas entidades, agradecemos o apoio e colaboração prestada.

Cruz da Légua, 22 de Março de 2018

A Direção

BALANÇO
,
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
e
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO DE 2017

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017

Unidade monetária: euros

Rubricas	Notas	31.Dez. 17	31.Dez. 16
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1.233.044,06	1.268.240,77
Activos intangíveis		-	-
Investimentos em curso		1.435,34	639,27
Fundadores/Beneméritos/Doadores/Membros		-	-
Total dos Activos Não Correntes		1.234.479,40	1.268.880,04
Activo corrente			
Inventários		19.066,75	17.239,78
Clientes / utentes	6	9.179,79	8.640,13
Estado e outros entes públicos	7	-	-
Fundadores/Beneméritos/Doadores/Membros		-	-
Outros créditos a receber	11 e 12	1.250,00	1.250,00
Diferimentos	8	-	-
Outros activos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários	9	754.816,36	696.207,37
Total dos Activos Correntes		784.312,90	723.337,28
Total do Activo		**2.018.792,30**	**1.992.217,32**
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos	10	18.571,98	18.571,98
Reservas	10		
Resultados transitados	10	1.550.498,59	1.463.322,89
Outras variações nos fundos patrimoniais	10	233.554,63	239.075,46
Subtotal		1.802.625,20	1.720.970,33
Resultado líquido do exercício		50.502,39	87.175,70
Total do fundo do capital		**1.853.127,59**	**1.808.146,03**
Passivo			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar		-	-
Total dos Passivos Não Correntes		**-**	**-**
Passivo corrente			
Fornecedores	13	41.842,45	43.256,18
Estado e outros entes públicos	7	29.364,18	28.722,77
Fundadores/Beneméritos/Doadores/Membros		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Diferimentos	8	-	-
Outras dívidas a pagar	11 e 12	94.458,08	112.092,34
Total dos Passivos Correntes		**165.664,71**	**184.071,29**
Total do Passivo		**165.664,71**	**184.071,29**
Total dos Fundos Patrimonais e do Passivo		**2.018.792,30**	**1.992.217,32**

Cruz da Légua, 22 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua
Demonstração Individual dos Resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Unidade monetária: euros

Rendimentos e gastos	Notas	31.Dez. 17	31.Dez. 16
Vendas	14	631,33	605,70
Prestação de serviços	14	626.604,99	596.549,80
Subsídios, doações e legados à exploração			
ISS, IP - Centro Distrital	22	506.986,23	493.831,47
Inst. Emp. E Form. Profissional	22	20.033,76	13.417,35
Autarquias		-	200,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	- 143.071,69	- 144.519,22
Fornecimentos e serviços externos	15	- 240.493,21	- 220.905,90
Gastos com o pessoal	16	- 712.875,63	- 654.564,53
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		4.863,50	3.024,00
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	17	44.891,57	47.647,24
Outros gastos e perdas	18	- 10.602,14	- 400,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		96.968,71	134.885,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	- 49.148,58	- 52.662,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		47.820,13	82.223,34
Juros e rendimentos similares obtidos	20	2.739,62	4.952,36
Juros e gastos similares suportados	21	- 57,36	-
Resultado antes de impostos		50.502,39	87.175,70
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		50.502,39	87.175,70

Cruz da Légua, 22 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

	Unidade monetária: euros 31.Dez. 17
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Recebimentos de clientes	**645.056,24**
Pagamentos a fornecedores	**- 384.978,63**
Pagamentos ao pessoal	**- 712.875,63**
Caixa gerada pelas operações	**- 452.798,02**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	
Outros recebimentos/pagamentos	**522.619,26**
Fluxos de caixa das atividades de operacionais (1)	**69.821,24**
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	**- 13.951,87**
Recebimentos provenientes de:	
Juros e rendimentos similares	**2.739,62**
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	**- 11.212,25**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	**-**
Variações de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	**58.608,99**
Efeitos das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período	**696.207,37**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**754.816,36**

Cruz da Légua, 22 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

ANEXO AO BALANÇO E À DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

1. Identificação da Entidade

A ABECL Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, com sede em Estrada Nacional 8 nº 147, freguesia de Pedreiras e concelho de Porto de Mós, portadora do NIPC 501 321 438, tendo por objetivos o apoio às famílias, proteção à infância e terceira idade, na promoção e desenvolvimento do nível de vida e bem-estar social, nomeadamente através de: Um – Criação de esquemas de apoio à terceira idade (Lar de Idosos, Centro de Dia e Apoio ao Domicílio, Centro de Atendimento e Cantina Social); Dois – Criação de esquemas de apoio à criança (Jardim de Infância e Parque Infantil); Três – Realização de conferências e palestras culturais, organização de cursos de formação, realização de sessões de esclarecimento com vista à melhoria do nível cultural da população; Quatro – Promoção de atividades complementares: culturais, recreativas e educativas, e outras iniciativas úteis ao desenvolvimento harmonioso da personalidade humana.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2017 as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) APROVADO PELO Dec. Lei nº 36 A / 2011 de 9 de Março. No anexo II do referido decreto refere que o sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo é composto por:

- Bases para a presentação das demonstrações financeiras (BADF).
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 106/2011 de 14 de Março
- NCRF – ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que á data da transição do referencial contabilístico anterior (plano de contas das IPSS), para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no nº 5, adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim a entidade preparou o balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2013 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as demonstrações financeiras de 2011.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do sector não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim á manutenção da atividade de prestação de serviços ou á capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos

com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 11 e 13) e "diferimentos" (Nota 8).

3.1.3. Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Rubricas	**Anos de vida útil**
Edifícios e Outras construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Ferramentas e Utensílios	4
Equipamento Administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4. Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	10
Outros Activos Intangíveis	5

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.7. Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e

respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5%sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ou

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim, dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Exercício de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Amort. do Exercício	Reforço	Regularizações	Amort. Acumuladas	Saldo em 31-Dez-2017
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	99.475,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99.475,46 €
Edifícios e outras construções	1.458.592,70€	24.920,47 €	0,00 €	0,00 €	381.785,34 €	1.076.807,36 €
Equipamento Básico	359.186,90 €	17.116,37 €	0,00 €	0,00 €	315.555,02 €	43.631,88 €
Equipamento de transporte	111.073,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	111.073,48 €	0,00 €
Equipamento administrativo	113.561,94 €	6.717,08 €	0,00 €	0,00 €	100.432,46 €	13.129,48 €
Outras Imobilizações Corpóreas	15.764,61 €	394,66 €	0,00 €	0,00 €	15.764,61 €	0,00 €
Subtotal	**2.157.655,09 €**	**49.148,59 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**924.610,91 €**	**1.233.044,18 €**
Participações de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Obrigações e títulos participação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empréstimos de financiamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Investimentos em Imoveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subtotal	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**
Total	**2.157.655,09 €**	**49.148,59 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**924.610,91 €**	**1.233.044,18 €**

Exercício de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Amort. do Exercício	Reforço	Regularizações	Amort. Acumuladas	Saldo em 31-Dez-2016
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	99.500,00 €	0,00 €	0,00 €	24,54 €	0,00 €	99.475,46 €
Edifícios e outras construções	1.458.592,70€	24.920,47 €	0,00 €	0,00 €	356.864,89 €	1.101.727,81 €
Equipamento Básico	346.480,90 €	20.528,62 €	0,00 €	0,00 €	298.438,69 €	48.042,21 €
Equipamento de transporte	111.073,48 €	3.702,94 €	0,00 €	0,00 €	111.073,48 €	0,00 €
Ferramentas e Utensílios						0,00 €
Equipamento administrativo	112.316,07 €	6.412,34 €	0,00 €	0,00 €	93.715,36 €	18.600,71 €
Outras Imobilizações Corpóreas	15.764,61 €	801,13 €	0,00 €	0,00 €	15.369,95 €	394,66 €
Subtotal	**3.143.727,76 €**	**52.662,56 €**	**0,00 €**	**24,54 €**	**875.462,37 €**	**1.268.240,85 €**
Participações de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Obrigações e títulos participação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empréstimos de financiamento	15.105,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15.105,63 €
Investimentos em Imoveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subtotal	**3.143.727,76 €**	**52.662,56 €**	**0,00 €**	**24,54 €**	**875.462,37 €**	**1.268.240,85 €**
Total	**3.143.727,76 €**	**52.662,56 €**	**0,00 €**	**24,54 €**	**875.462,37 €**	**1.268.240,85 €**

6. Clientes e Utentes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

CLIENTES	**31-Dez-17**	**31-Dez-16**
Clientes e Utentes:		
Clientes e Utentes	**9.179,79 €**	8.640,13€
Outros	0,00 €	0,00 €
	9.179,79 €	**8.640,13 €**
Perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €
	9.179,79 €	**8.640,13 €**

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e passivo apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-17	**31-Dez-16**
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	0,00 €	0,00 €
Outros impostos e taxas	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	**0,00 €**
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	5.880,85 €	5.315,77 €
Segurança Social	23.483,33 €	23.407,00 €
Outros impostos e taxas	0,00 €	0,00 €
	29.364,18 €	**28.722,77 €**

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 a rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como se segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar	0,00 €	0,00 €
Seguros pagos antecipadamente	0,00 €	0,00 €
Juros a pagar	0,00 €	0,00 €
Outros gastos a reconhecer	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	**0,00 €**
Diferimentos (Passivo)		
Seguros a Liquidar	0,00 €	0,00 €
Remunerações a liquidar	0,00 €	0,00 €
Seg. Social a liquidar	0,00 €	0,00 €
Subsídios para Investimento (PIDDAC)	0,00 €	0,00 €
Outros Rendimentos a reconhecer	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	**0,00 €**

9. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 encontrava-se com os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Caixa	3.934,29 €	2.004,46 €
Depósitos á ordem	90.482,08 €	134.202,92 €
Outros	660.500,00 €	560.000,00 €
TOTAL	**754.816,36 €**	**696.207,37 €**

10. Fundos Patrimoniais

Nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

DESCRIÇÃO	Saldo em 01 Jan. 2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 Dez 2017
Fundos	18.571,98 €	0,00 €	0,00€	18.571,98 €
Reservas	239.075,46 €	0,00 €	5.520,83€	233.554,63 €
Resultados Transitados	1.463.322,89 €	87.175,70 €	0,00€	1.550.498,59 €
Resultado Liquido do Período	**87.175,70 €**	**50.502,39 €**	**87.175,70 €**	**50.502,39 €**
TOTAL	**1.808.146,03 €**	**137.678,09€**	**92.696,53 €**	**1.853.127,59 €**

11. Outras Contas a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 a rubrica "Outras Contas a receber e a Pagar " não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não Corrente	**Corrente**	**Não Corrente**	**Corrente**
Pessoal / Remuneração a pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fornecedores de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.250,00 €
Devedores e credores por acréscimos	93.610,28 €	0,00 €	75.375,30 €	0,00 €
Credores por subscrições	150,88 €	0,00 €	150,88 €	0,00 €
Outros devedores e credores	135,62 €	0,00 €	151,75 €	0,00 €
TOTAL	**93.896,78 €**	**0,00 €**	**75.677,93 €**	**1.250,00 €**

12. Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 a rubrica "Pessoal" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não Corrente	**Corrente**	**Não Corrente**	**Corrente**
Pessoal / Remuneração a pagar	0,00 €	561,30 €	0,00 €	36.414,41 €
Devedores e credores por acréscimos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Credores por subscrições	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros devedores e credores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	**0,00 €**	**561,30 €**	**0,00 €**	**36.414,41 €**

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
FORNECEDORES	**Fornecedores Gerais**	**Fornecedores Gerais**
Fornecedores conta corrente	41.842,45 €	43.256,18 €
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00 €	0,00 €
Fornecedores receção e conferência	0,00 €	0,00 €
Fornecedores com adiantamentos	0,00 €	0,00 €
Total Geral	**41.842,45 €**	**43.256,18 €**

14. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2016 e 2017 foram como se seguem:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Vendas	631,33 €	605,70 €
Prestação de serviços:		
Matriculas, mensalidades e Quotas dos utilizadores	626.604,99 €	596.549,80 €
Meios Complementares de diagnóstico e Terapêutica	0,00 €	0,00 €
Descontos e Abatimentos	0,00 €	0,00 €
TOTAL	**627.986,23 €**	**597.155,50 €**

15. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Subcontratos	0,00 €	7.085,00 €
Serviços Especializados	104.068,69 €	77.784,89 €
Materiais	24.355,58 €	25.008,81 €
Energia e fluidos	63.947,51 €	60.548,61 €
Deslocações, estadas e transportes	45,41 €	7,50 €
Serviços diversos	48.076,02 €	50.471,09 €
Restantes Rubricas	0,00 €	0,00 €
TOTAL	**240.493,21 €**	**220.905,90 €**

16. Gastos com o Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2017, foi a seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Remunerações do pessoal	583.936,32 €	540.346,69 €
Encargos sobre remunerações	116.117,11 €	104.796,89 €
Seguros de acidentes de trabalho	8.250,35 €	5.719,58 €
Gastos de ação social	0,00 €	0,00 €
Benefícios pós emprego	1.032,30 €	0,00 €
Outros gastos com pessoal	3.539,55 €	3.701,37 €
TOTAL	**712.875,63 €**	**654.564,53 €**

17. Outros Rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2017, foram como se seguem:

Outros Rendimentos e ganhos	**31-Dez-17**	**31-Dez-16**
Rendimentos suplementares	20.728,37 €	16.884,80 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	599,45 €	0,00 €
Recuperação de dívidas a receber	0,00 €	0,00 €
Ganhos em inventários	2.659,65 €	1.928,43 €
Rendimentos e ganhos inv. não financeiros	0,00 €	3.475,46 €
Restituição de impostos	12.655,35 €	7.051,48 €
Outros rendimentos e ganhos	8.248,75 €	13.361,61 €
TOTAL	**44.891,57 €**	**47.701,78 €**

18. Outros gastos e perdas

Os outros ganhos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2017, foram como se seguem:

Outros gastos e perdas	**31-Dez-17**	**31-Dez-16**
Impostos	0,00 €	0,00 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00 €	0,00 €
Dívidas incobráveis	0,00 €	0,00 €
Perdas em inventários	0,00 €	0,00 €
Gastos e perdas financeiros	0,00 €	0,00 €
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas	10.602,14 €	400,00 €
TOTAL	**10.602,14 €**	**400,00 €**

19. Gastos de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

Amortizações e Reintegrações	2017	2016
Ativos Fixos tangíveis	49.148,59 €	52.662,57 €
Ativos Fixos Intangíveis	0.00 €	0.00 €
TOTAL	**49.148,59** €	**52.662,57** €

20. Juros, dividendos e outros Rendimentos similares

O valor desta rubrica nos períodos de 2015 e de 2017 tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Juros e Rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2.739,62 €	4.952,36 €
Dividendos obtidos	0,00 €	0,00 €
Outros Juros	0,00 €	0,00 €
TOTAL	**2.739,62 €**	**4.952,36 €**

21. Gastos e perdas de Financiamento

O valor desta rubrica nos períodos de 2015 e de 2017 tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00 €	0,00 €
TOTAL	**0,00 €**	**0,00 €**

22. Subsídios, doações e legados à Exploração

A 31 de Dezembro de 2015 e 2017 a entidade tinha os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2017	2015
Subsídios do estado e outras entidades:		
- Segurança Social	506.986,23 €	493.831,47 €
- Centro de Emprego (IEFP)	20.033,76 €	13.417,35 €
- Outras entidades	0,00 €	200,00 €
- Do Exterior	0,00 €	0,00 €
TOTAL	**527.019,99 €**	**507.448,82 €**

23. Custo das mercadorias consumidas e matérias consumidas

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2017 a entidade, nesta rubrica apresentava os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2017	2015
Existências Iniciais	17.239,78 €	16.868,83 €
Compras	143.652,75 €	142.961,74 €
Regularização de Existências	1.245,91 €	1.928,43 €
Existências Finais	19.066,75 €	17.239,78 €
TOTAL do C.M.V.M.C	**143.071,69 €**	**144.519,22 €**

24. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade informa que não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da entidade perante a segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Cruz da Légua, 22 de Março de 2018

O Contabilista Certificado A Direção

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DOS ACTIVOS FIXOS (ACTIVO BRUTO)

ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR EM CRUZ DA LÉGUA

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVOS FIXOS (ACTIVO BRUTO)
NO EXERCICIO DE 2017

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES	AUMENTOS			ALIENAÇÕES	TRANSFERENCIAS E ABATES	SALDO FINAL
			PIDDAC	OUTROS SUBSIDIOS	OUTROS FINANC.			
Ativos Fixos Intangíveis								
Projetos de desenvolvimento								
Propriedade Industrial								
Outros ativos fixos intangíveis								
Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	99.475,46							99.475,46
Edifícios e outras construções	1.458.592,70							1.458.592,70
Equipamento básico	346.480,90				12.706,00			359.186,90
Equipamento de transporte	111.073,48							111.073,48
Equipamento administrativo	112.316,07				1.245,87			113.561,94
Ferramentas e Utensílios								
Equipamentos biológicos								
Outros ativos fixos tangíveis	15.764,61							15.764,61
TOTAL	**2.143.727,76**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.951,87**	**0,00**	**0,00**	**2.157.655,09**
Investimentos em Curso								
Invest. Financeiros em curso								
Propriedades de investimento em curso								
Ativos fixos tangíveis em curso								
Ativos intangíveis em curso								
Adiantamentos por conta de investimentos								
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESULTADOS

POR VALÊNCIAS

ANO DE 2017

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua
Demonstração Individual dos Resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Resposta Social/Atividade: Lar de Idosos

Nº Médio de Utentes: 59

Unidade monetária: euros

	31.Dez. 17	31.Dez. 16
Vendas de mercadorias	-	
Prestação de serviços	541.185,49	509.828,84
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Centro Distrital	282.433,15	259.334,68
Inst. Emp. E Form. Profissional	14.748,47	9.591,21
Autarquias	-	142,97
Outros	-	
Variação nos inventários da produção	-	
Trabalhos para a própria entidade	-	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 105.326,66	- 103.307,56
Fornecimentos e serviços externos	- 177.046,53	- 157.911,53
Gastos com o pessoal	- 513.252,71	- 456.049,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3.580,42	2.161,65
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)	-	
Aumentos/reduções de justo valor	-	
Outros rendimentos e ganhos	33.048,32	34.059,97
Outros gastos e perdas	- 7.805,09	- 285,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	71.564,86	97.565,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 36.182,25	- 37.645,11
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	35.382,61	59.920,19
Juros e rendimentos similares obtidos	2.016,86	3.540,13
Juros e gastos similares suportados	- 42,23	
Resultado antes de impostos	37.357,24	63.460,32
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado líquido do período	37.357,24	63.460,32

Cruz da Légua, 22 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua
Demonstração Individual dos Resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Resposta Social/Atividade: Centro de Dia

Nº Médio de Utentes: 16

Unidade monetária: euros

	31.Dez. 17	31.Dez. 16
Vendas de mercadorias	631,33	605,70
Prestação de serviços	19.160,50	20.788,90
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Centro Distrital	19.927,80	19.663,35
Inst. Emp. E Form. Profissional	711,26	511,98
Autarquias	-	7,63
Outros	-	
Variação nos inventários da produção	-	
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 5.079,46	- 5.514,56
Fornecimentos e serviços externos	- 8.538,20	- 8.429,32
Gastos com o pessoal	- 24.752,00	- 24.343,90
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	172,67	115,39
Provisões (aumentos/reduções)	-	
Aumentos/reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos e ganhos	1.593,78	1.818,12
Outros gastos e perdas	- 376,41	- 15,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3.451,27	5.208,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 1.744,92	- 2.009,50
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.706,35	3.198,54
Juros e rendimentos similares obtidos	97,26	188,97
Juros e gastos similares suportados	- 2,04	-
Resultado antes de impostos	1.801,58	3.387,51
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado líquido do período	1.801,58	3.387,51

Cruz da Légua, 22 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua

Demonstração Individual dos Resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Resposta Social/Atividade: Serviço de Apoio Domiciliário

Nº Médio de Utentes: 56

Unidade monetária: euros

	31.Dez. 17	31.Dez. 16
Vendas de mercadorias	-	-
Prestação de serviços	66.063,00	64.847,06
Subsídios, doações e legados à exploração		-
ISS, IP - Centro Distrital	184.029,68	180.408,72
Inst. Emp. E Form. Profissional	4.478,39	3.058,26
Autarquias	-	45,59
Outros	-	-
Variação nos inventários da produção	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 31.982,55	- 32.940,69
Fornecimentos e serviços externos	- 53.760,37	- 50.351,73
Gastos com o pessoal	- 155.849,73	- 145.415,96
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1.087,20	689,27
Provisões (aumentos/reduções)	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos e ganhos	10.035,16	10.860,38
Outros gastos e perdas	- 2.370,03	- 91,19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	21.730,75	31.109,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 10.986,78	- 12.003,53
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	10.743,97	19.106,18
Juros e rendimentos similares obtidos	612,42	1.128,80
Juros e gastos similares suportados	- 12,82	
Resultado antes de impostos	11.343,57	20.234,98
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado líquido do período	11.343,57	20.234,98

Cruz da Légua, 22 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua

Demonstração Individual dos Resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Resposta Social/Atividade: Centro Atendimento

Nº Médio de Utentes:

Unidade monetária: euros

	31.Dez. 17	31.Dez. 16
Vendas de mercadorias	-	
Prestação de serviços		
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Centro Distrital	15.450,60	14.987,22
Inst. Emp. E Form. Profissional		
Autarquias		
Outros		
Variação nos inventários da produção	-	
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos		
Gastos com o pessoal	- 15.450,60	- 14.987,22
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-
Provisões (aumentos/reduções)	-	
Aumentos/reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos e ganhos		
Outros gastos e perdas		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-	-
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		
Resultado antes de impostos	-	-
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado líquido do período	-	-

Cruz da Légua, 22 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua

Demonstração Individual dos Resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Resposta Social/Atividade: Cantina Social

Nº Médio de Utentes:

Unidade monetária: euros

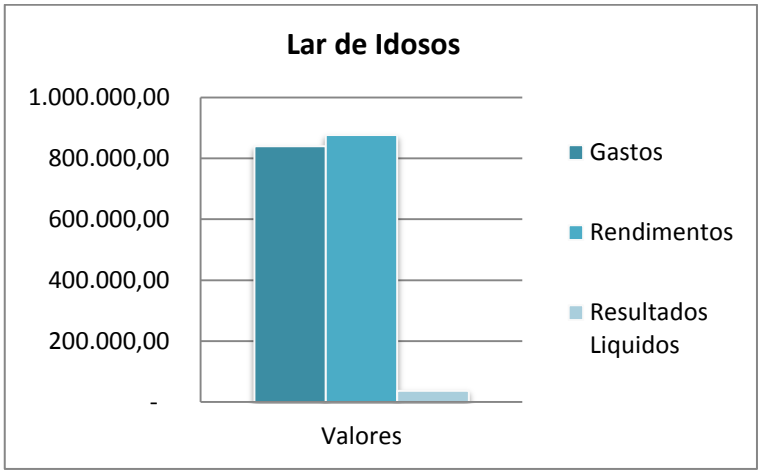
	31.Dez. 17	31.Dez. 16
Vendas de mercadorias	-	
Prestação de serviços	196,00	1.085,00
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Centro Distrital	5.145,00	19.437,50
Inst. Emp. E Form. Profissional	95,64	255,91
Autarquias	-	3,81
Outros	-	
Variação nos inventários da produção	-	
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 683,02	- 2.756,41
Fornecimentos e serviços externos	- 1.148,11	- 4.213,33
Gastos com o pessoal	- 3.570,59	- 13.768,45
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	23,22	57,68
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-
Provisões (aumentos/reduções)	-	
Aumentos/reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos e ganhos	214,31	908,77
Outros gastos e perdas	- 50,61	- 7,62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	221,83	1.002,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 234,63	- 1.004,43
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	- 12,81	- 1,57
Juros e rendimentos similares obtidos	13,08	94,45
Juros e gastos similares suportados	- 0,27	
Resultado antes de impostos	- 0,00	92,88
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado líquido do período	- 0,00	92,88

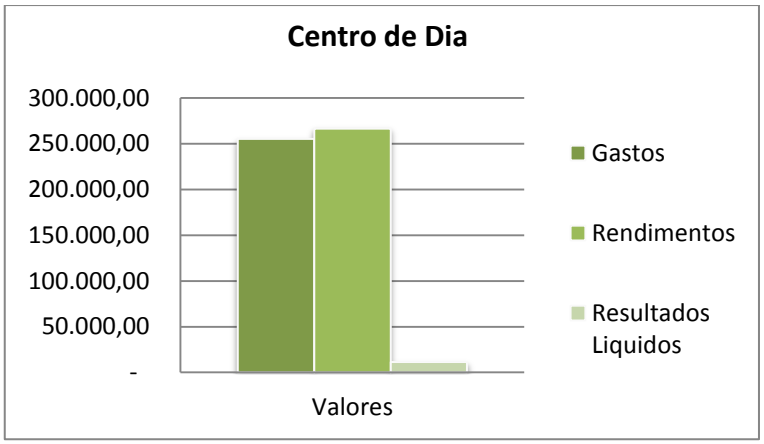
Cruz da Légua, 22 de Março de 2018

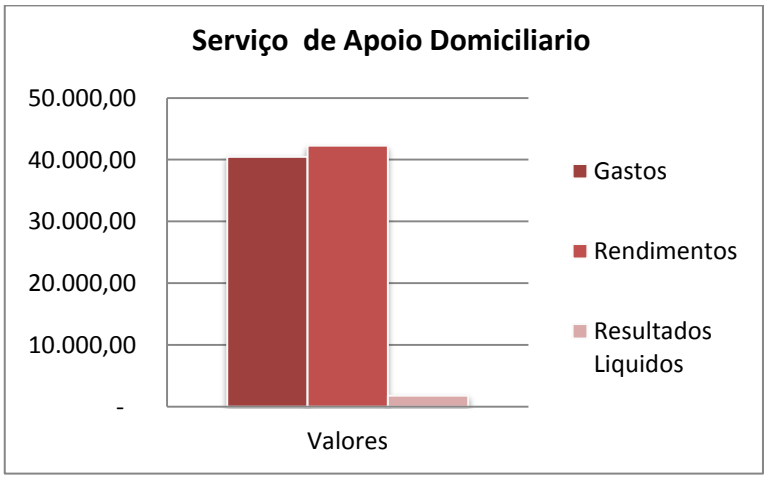
O CONTABILISTA CERTIFICADO

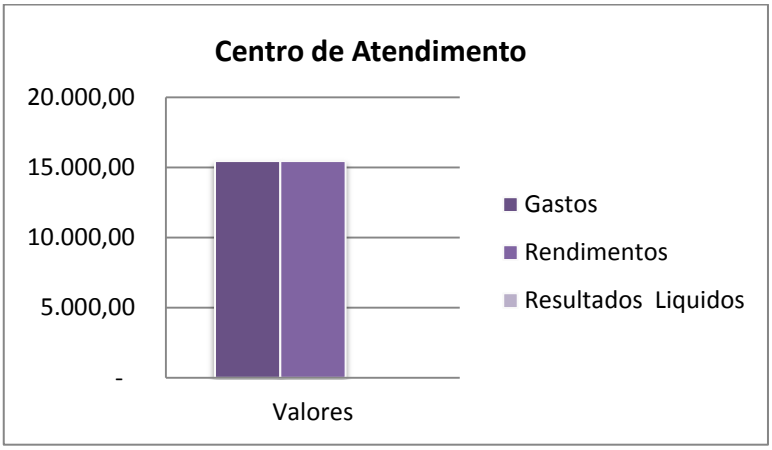
A DIRECÇÃO

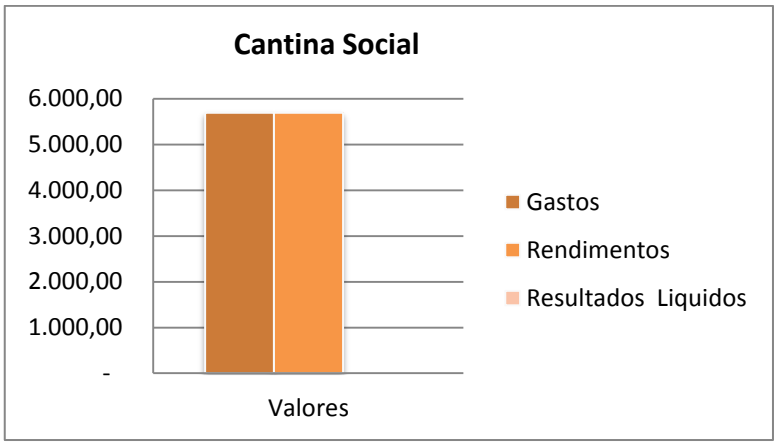
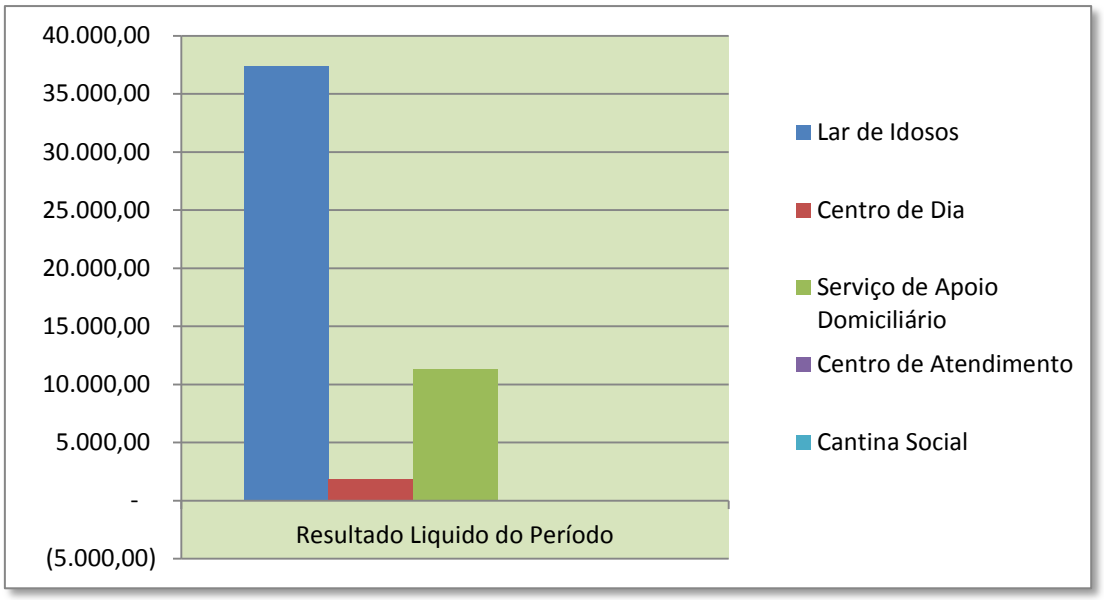
Comparação dos Resultados por Valências








Centro de Atendimento
20.000,00
15.000,00
10.000,00
5.000,00
-
Valores
Gastos
Rendimentos
Resultados Liquidos


Cantina Social
6.000,00
5.000,00
4.000,00
3.000,00
2.000,00
1.000,00
-
Valores
Gastos
Rendimentos
Resultados Liquidos

Resultado Liquido do Período por Valências